REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA Nº.16

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e onze, as 08h15min, aconteceu na Sala de Reuniões, no 3º piso da Prefeitura Municipal de Cascavel, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com a presença de seu Presidente, Sr. Pedro Maria Martendal de Araújo e seus membros conforme listagem de presença e registro no Livro do CMDCA, para tratar dos seguintes assuntos de pauta: **1. Apreciação e Aprovação – Relatório de Execução Financeira, Relatório Técnico e Plano de trabalho 2012 - Programa Atitude, conforme solicitação SEASO pelo ofício nº.576/2011; 2. Aprovação do Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e de Projetos e Documentos, dos Critérios de Partilha para o Fia 2011; 3. Aprovação do Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e de Projetos e Documentos, da Partilha do valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para Entidades Não Governamentais – FIA 2010; 4. Informes.** O Presidente do CMDCA inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e justifica a ausência da Conselheira Silvana Ferreira Messias Valdameri por ter quebrado o braço, e estar sobre cuidados médicos. Propôs a alteração da ordem da pauta para iniciar com o ponto nº.4, até que os equipamentos técnicos fossem instalados para apresentação do ponto de pauta nº.1. **4. Informes:** Sr. Pedro informou aos presentes sobre o ofício nº. 441/2011 recebido do Ministério Publico – 8ª. Promotoria de Justiça da Comarca de Cascavel com convite para participação do CMDCA no Evento, cuja temática será “Projeto Tecendo Redes”, na data de 21 de outubro de 2011, das 8h às 17h reforçando ainda a importância da participação dos membros do Conselho. Na seqüência a conselheira do CMDCA, Patrícia A. Finato, solicita que seja alterada a pauta e que o ponto de pauta nº. 2 torne-se o ponto de pauta nº.3 afim de que o Secretário Municipal de Finanças, Luiz Frare, tenha tempo hábil para comparecer na plenária, visto que o mesmo encontra-se em reunião com o Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno. O Presidente coloca a sugestão em votação e a plenária aprova por unanimidade a nova ordem de pauta, conforme segue: **1. Apreciação e Aprovação 2012 – Programa Atitude, conforme solicitação SEASO pelo ofício nº.576/2011; 2. Aprovação do Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e de Projetos e Documentos, da Partilha do valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para Entidades Não Governamentais – FIA 2010; 3. Aprovação do Parecer da Comissão de**

Orçamento e Finanças e de Projetos e Documentos, dos Critérios de Partilha para o Fia 2011; Em seguida inicia-se a discussão do seguinte ponto de pauta: **1. Apreciação e Aprovação 2012 – Programa Atitude, conforme solicitação SEASO pelo ofício nº.576/2011:** A Assistente Social do CMDCA, Etelda Madsen faz a leitura do ofício referido, no qual a Secretaria de Assistência Social – SEASO *solicita a aprovação pelo CMDCA dos relatórios de execução do Programa Atitude e do Plano de aplicação intersetorial para o ano de 2012, bem como cópia das Atas e das planilhas mensais dos indicadores sociais de Abril e Setembro",* que deverão ser encaminhados impreterivelmente até o dia 20 do corrente mês ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA. **Relatório de execução financeira;** A Gerente da Divisão de Proteção Social Básica, Luzia de Aguiar Soares apresenta em multimídia as planilhas e documentos, acrescentando que já é de conhecimento do CMDCA que foi solicitado ao CEDCA a continuidade do Programa Atitude, e que toda essa documentação será encaminhada a esse Conselho na data já supracitada. Passa a palavra a Sandra Burkouski, que se apresenta como Encarregada do Setor de Convênios e expõe através de uso do multimídia, planilhas com detalhamento Relatório de Execução Financeira, com valores do que foi executado até 17 de outubro de 2011. Detalhou e esclareceu os dados das planilhas que demonstram os valores recebidos, suas respectivas aplicações/gastos e saldos existentes. Sandra informou a plenária que foram executadas cinco obras, sendo elas: a construção do Centro Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS ad e quatro núcleos de informática, construídos nos Bairros onde o Programa Atitude funciona. O Presidente agradece a equipe técnica por ter enviado ontem aos conselheiros esses relatórios e solicita o envio permanente dos mesmos, para que a plenária analise com maior facilidade e antecedência a prestação de contas. O mesmo coloca o Relatório de Execução Financeira em votação e a plenária aprova por unanimidade. Patrícia recomenda que seja escrito nos pontos de pauta Apreciação e Aprovação do Parecer e não só Aprovação do Parecer. Em seguida, a Coordenadora do Programa Atitude, Maria Tereza Chaves e Luzia fazem a apresentação em multimídia detalhadamente do **Relatório Técnico.** Pedro diz que o Programa é de bastante importância e que essas explanações deveriam vir mais vezes para o Conselho afim de que seja acompanhado minuciosamente. Luzia concorda com a colocação, e sugere que o assunto seja incluso na pauta das reuniões a cada dois meses. Pedro aceita e lembra da importância de que seja enviado com antecedência para os conselheiros, o material, afim de que tomem conhecimento do contexto antes da plenária.

Questiona se o Programa teria uma avaliação de resultados das famílias, crianças e adolescentes atendidos no Programa. Maria Tereza diz que foi realizada esta avaliação, inclusive com depoimentos dos participantes feito em vídeo e sugeriu que o Conselho veja o material, que tem uma duração de aproximadamente vinte minutos. O Presidente solicita o envio deste material aos conselheiros. Em seguida Pedro coloca o Relatório Técnico em votação e a plenária aprova por unanimidade. **Plano de ação municipal do programa atitude 2012:** Luzia explica que a nova proposta de planejamento prevê a intersetoriedade entre as Secretarias Municipais afins (Assistência Social, Esporte e Lazer, Cultura, Educação, Ação Comunitária e Saúde), sendo que cada Secretaria envolvida assumirá as atividades/oficinas relativas à sua área de atuação, conforme detalhamento do plano de ação apreciado nesta reunião do CMDCA. O plano parcial de aplicação 2012 ainda não foi concluído e que posteriormente será apresentado em reunião do CMDCA para apreciação e aprovação também. O Presidente coloca o Plano de ação municipal do programa atitude 2012 em apreciação e em votação. Sendo aprovado pela plenária por unanimidade. **2. Aprovação do Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e de Projetos e Documentos, da Partilha do valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para Entidades Não Governamentais – FIA 2010:** Etelda lê o parecer das Comissões supra citadas, o qual é favorável à partilha do valor de R$100.000,00 (cem mil reais) para Entidades Não Governamentais - FIA 2010, da seguinte forma: "*Associação Cascavelense dos Amigos da Pastoral da Criança – ACAPAC, no valor de R$ 24.507,00 para Contratação de Assistência Social; Lar dos Bebês Pequeno Peregrino, no valor de R$ 23.220,00 para aquisição de um veículo; Recanto da Criança, no valor de R$ 21.144,00 para aquisição de equipamentos e custeio; Centro Social Beneficente da Paróquia São Cristóvão - CEMIC, no valor de R$ 7.139,00 para aquisição de Móveis e para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel – APAE, no valor de R$ 23.990,00 para contratação de Assistente Social."* O Presidente coloca o Parecer em apreciação, não havendo nenhuma manifestação coloca em votação e a plenária aprova por unanimidade. Partindo para o ponto seguinte da pauta: **3. Aprovação do Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças e de Projetos e Documentos, dos Critérios de Partilha para o Fia 2011:** Pedro explana a plenária que as Comissões supra citadas se reuniram para discutir o assunto, e que gerou o seguinte parecer em pauta o qual solicitou que a Etelda realizasse a leitura. Após a leitura Pedro reforçou o conteúdo do parecer: **"***considerando que após ampla discussão e debate das Comissões sobre percentuais a serem aplicados na distribuição dos*

recursos arrecadados pelo FIA 2011, dentre as propostas feitas pelos presentes, duas foram votadas: 35% (trinta e cinco por cento) para Governamental e 65% (sessenta e cinco por cento) para Não Governamental, bem como, 40% (quarenta por cento) para Governamental e 60% (sessenta por cento) para Não Governamental. Após votação aberta dos presentes e com diferença de um voto a mais, decidiu-se que seja destinado 35% (trinta e cinco por cento) as Entidades, Serviços e/ou Programas Governamentais e 65% (sessenta e cinco por cento) para Entidades, Serviços, Projetos e/ou Programas Não Governamentais, dos recursos arrecadados pelo FIA em 2011. Desta Forma, as Comissões têm como indicativo a plenária o Parecer Favorável da aplicação dos percentuais de 35% (trinta e cinco por cento) para Governamental e 65% (sessenta e cinco por cento) para Não Governamental." O Presidente coloca o Parecer em apreciação. Patrícia informa a todos que na reunião de comissão estavam presentes cinco representantes não Governamentais, incluindo o presidente do CMDCA e três representantes Governamentais. Pedro diz que a paridade só é exigida nas plenárias e não nas reuniões de comissões. Patrícia retoma a palavra explanando de que apenas está esclarecendo sobre a reunião das comissões de orçamento e finanças e de projetos e documentos, onde houve a votação e a forma que a mesma ocorreu, inclusive dizendo que foram quatro votos não governamentais a favor, dois governamentais e a abstenção da Conselheira Rossana Costacurta, e o Sr. Leonir Cruz que estava presente e não votou por ser da Comissão Especial de Leis. O resultado desta votação gerou o parecer apresentado nesta reunião extraordinária. Pede desculpas pela ausência do Secretário de Finanças, pois a reunião que ele se encontra ainda não havia terminado. Patrícia ainda informou aos presentes que o Município destinou através de recursos livres às entidades não governamentais, no ano de 2010, o valor de R$678.000,00 e em 2011 o valor de R$810.120,00, enquanto que o Governo Federal repassa apenas R$ 78.000,00. Além disso, disse que o total de atendimentos de crianças e de adolescentes realizado pelas entidades não governamentais é de aproximadamente 1.531 e pelo governo municipal é de 1.630. O conselheiro do CMDCA, Ivo Margotti, cumprimenta a todos e diz que o trabalho de levantamento de dados de Patrícia foi bem interessante, disse ainda que considerando que o Governo Municipal também investe muito na área da Infância e do Adolescente, e que o CMDCA é composto de metade de representantes Governamentais e metade de representantes Não Governamentais propõe a não aprovação do parecer. Sugere que o percentual do Recurso do Fundo da Infância e do Adolescente – FIA 2011, seja de 50 % para cada parte, visto que o Município vem

investindo significativamente nesta área. Patrícia lembra que a área que foi desapropriada e cedida para o Lar dos Bebês Pequeno Peregrino, estava avaliada em mais de um milhão de reais e que o Município irá pagar aproximadamente R$ 550.000,00 referente à indenização da área desapropriada. Na seqüência a Assistente Social do Recanto da Criança, Karla Karine de Maria Luciano diz discordar da proposta, pois a Entidade recebeu um valor bem inferior ao que foi gasto. Sendo assim eles tiveram que “dar conta” com a diferença. Diz ainda que como o Município se habilitou na gestão plena e tem obrigações legais de garantir a Política de atendimento a crianças e adolescentes, perante o Ministério do Desenvolvimento Social. Reconhece que a realidade dos trabalhos do Município é muito boa que tem equipes eficientes, mas acredita que 50% para os Governamentais e 50% para os Não Governamentais pode ser legal, mas não moral. Pedro parabeniza a Patrícia e ao Ivo pelo modo como defendem o Governo, contudo discorda da proposta dos mesmos, e diz o CMDCA não pode se incumbir de uma tarefa que não cabe ao conselho. A conselheira Ida Maria Dolla pede para constar em ata que não compareceu a reunião de Comissão de Orçamento e Finanças e de Projetos e Documentos que foi realizada na data de 17 de outubro de 2011 porque não recebeu e-mail e nem telefonema. Pedro informa que todos foram avisados. Em seguida o conselheiro Fabio Fiorin, cumprimenta a todos e diz que também discorda da proposta de Ivo argumentando que recebeu o valor de R$5.000,0 para manter 500 adolescentes na Guarda Mirim, e que a demanda de procura é muito grande e que em 2010 atendiam 2 (dois) turmas com 100 (cem) adolescentes; para 2011, 3 (três) turmas com 100 adolescentes e a previsão para 2012 é de quatro turmas com 100 adolescentes em cada. Enfatizou ainda que com o recurso do FIA Municipal conseguem pagar apenas o custo dos profissionais: Assistente Social e Psicólogo e que os outros 4 (quatro) funcionários são custeados com um repasse que a UNIMED faz e outras promoções. Disse que na data de hoje tem uma divida de R$ 50.000,00 e não tem previsão de onde o dinheiro sairá para pagar este valor. Diante disso é favorável a partilha com percentuais de 35% e 65%. O conselheiro Jovane dos Santos Borges diz que o país tem impostos de primeiro mundo e os serviços não. Que o município tem muito mais condições de arrecadação que as Entidades. Elogiou o Fabio e o Ivo pelo trabalho voluntário que fazem. Disse ainda que muitas vezes a justiça e o promotor simplesmente avaliam as entidades não governamentais como não competentes quando estão com alguma situação irregular e/ou deficitária diante das dificuldades financeiras e não vêem o trabalho que é feito. Salientando ainda que "seguraram" para não sair na imprensa uma crítica ao repasse do

valor de R$ 100.000,00 para o projeto da Secretaria de Assistência Social. A conselheira Leoni Naldino disse que em contato com os contadores sobre a arrecadação para o FIA, a primeira pergunta que fazem é se o recurso será destinado para o município ou para entidades, e que ela argumenta que será destinada para o município e que a maior parte será para as entidades. Informou que é voluntária na Creche Ramiro Siqueira e que a entidade enfrenta os mesmos problemas que o Centro Social Beneficente da Paróquia São Cristóvão - CEMIC e que se mantém com o trabalho de voluntários. Patrícia diz que a Creche não esta inscrita no CMDCA e fala que tem a impressão que alguns conselheiros pensam que há desvio de verbas públicas, contudo nada é feito sem que sejam apresentadas prestações de contas ao Tribunal de Contas. Questionou aos representantes das entidades se receberam recursos do Estado e governo Federal. Karla disse que o CEMIC recebe recursos do FIA Estadual. Jovane reforçou que os questionamentos existentes sobre a partilha do FIA são feitas pelos contadores e contribuintes. Patrícia argumentou para Jovane que sua presença teria sido importante quando o assunto foi debatido nas comissões. Ivo contra argumentou quanto ao posicionamento dos contadores e disse manter sua proposta de 50% e 50%, porque há um trabalho conjunto na arrecadação e na destinação dos recursos que visa o atendimento de crianças e adolescentes. Pedro esclareceu que mesmo que seja destinado o percentual de 35% e 65%, será difícil o entendimento da sociedade em relação a este critério de partilha e que se as entidades fossem fechadas o trabalho das mesmas teria que ser feito pelo município. Disse que o foco não é aplicação do recurso pelo governo municipal, mas sim a definição de critérios transparentes para facilitar na arrecadação da campanha - Tributo a Cidadania 2011. Karla disse que estava na reunião das comissões e na reunião ordinária quando foi aprovada a partilha do valor de R$100.000,00 para capacitações e concordou porque abrangeria o governamental e não governamental. Sandra pediu a palavra e expôs que trabalha no setor de convênios da SEASO e acompanha as entidades conveniadas em suas prestações de contas. Sugeriu que após a deliberação dos valores do FIA o CMDCA estabeleça um fluxo de acompanhamento e verifique se os projetos realmente estão sendo executados de acordo com o investimento do convênio, tanto para os convênios governamentais e não governamentais. A sugestão foi aceita pelos presentes e oportunamente Luzia sugeriu que esta conduta do Conselho seja adotada também em relação a outros programas, projetos e serviços na área da criança do adolescente. Neste momento o presidente concluiu o espaço para manifestações, quando adentrou na sala da reunião a Sr.ª Laura

Regina de Oliveira Zanchin, suplente da Silvana que justificou sua ausência. Jovane questionou o fato de a mesma receber o cartão para participar da votação diante do fato de que a mesma não havia participado das discussões já concluídas e devido o adiantado da hora. Laura se justifica argumentando que recebeu a informação de que a reunião seria na sala da Secretaria Executiva dos Conselhos, onde aguardava. Houve um debate sobre o assunto e concluiu-se que não há impedimento legal para que a mesma vote, contudo Pedro disse que não há impedimento legal embora não fosse ético e solicitou que conste em ata para que quando a Lei for reformulada clarificando que após a abertura e chamada inicial dos trabalhos os conselheiros que chegarem atrasados fiquem impedidos de votar. O Presidente coloca o parecer em votação através de voto aberto que resultou em 4 (quatro) votos favoráveis, 7 (sete) votos contrários e 1(um) abstenção da Rossana. **Logo o parecer não foi aprovado. Jovane sugere que o assunto retorne para a comissão e Pedro concorda com esta proposta. Patrícia e Leoni dizem que o assunto já foi amplamente discutido nas comissões. Patrícia sugere que ocorra aprovação nesta plenária, pois no parecer apresentado pelas comissões também aponta como proposta de partilha os percentuais de 40% e 60%. Pedro diz que estas decisões não podem ocorrer nas extraordinárias e sim nas ordinárias. A Gerente da Divisão de Media e Alta Complexidade da SEASO, Justa Alves dos Anjos Chesca, diz que as Ordinárias e Extraordinárias tem o mesmo peso e que as comissões são consultivas, por isso são compostas de conselheiros que fazem parte da plenária das ordinárias e extraordinárias. Que as reuniões de comissões não são deliberativas, mas servem para trazer o assunto mais "mastigado" para a plenária. É importante a discussão nas comissões para depois trazer a plenária para ser deliberado. Pedro diz que na pauta está claro a discussão e aprovação do parecer. A Secretária Executiva da Secretaria Executiva dos Conselhos, Janete Krack Magnagnagno diz que a comissão é uma prévia da plenária e se existe um parecer e for derrubado, pode ser aberto à plenária nova proposta e aprovação da mesma sem que haja retorno para as comissões, pois a plenária é soberana em suas decisões, alem do que os participantes das comissões fazem parte da plenária. Diante da dificuldade de aprovação da questão em pauta sugere que seja colocado em votação quem é favorável e quem é desfavorável e que seja colocada em votação a segunda proposta do parecer de 40% e 60%, para que possa ser decidido na plenária o assunto. Inclusive quando um assunto não está em pauta pode haver o pedido de inclusão do mesmo e caso**

tenha aprovação da plenária devera ser incluído. Pedro diz que concorda, porém isso deveria ocorrer no inicio da reunião. Etelda questiona se a proposta de Janete é de que seja votado sobre a aprovação dos 40% e 60% nesta reunião, ou seja, se há concordância dos presentes para esta votação. Janete confirma e o presidente coloca em votação a proposta de que o assunto retorne para discussão nas comissões. Somente dois conselheiros favoráveis a esta proposta, a grande não concordou. Diante disso, o Presidente coloca em votação a proposta de partilha do FIA 2011 com 40% para os programas, projetos e serviços governamentais e 60% para Entidades não governamentais. A votação foi aberta e resultou em 10 (dez) votos favoráveis e uma abstenção do Sr. Pedro. Desta forma a proposta de partilha foi aprovada. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a reunião às 10h25, e eu Ingrid Stéphanie Queiroz dos Santos das Chagas, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelo presidente.